

DIARIO DO GOVERNO

A correspondencia official da capital e das provincias, franca de porte, bem como os periodicos que trocarem com o *Diario*, devem dirigir-se á Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literarias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por anno 18,000
Ditas por semestre 10,000
Anuncios, por linha 60
Comunicados e correspondencias, por linha 60
Numero avulso, cada folha de quatro paginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 9 de agosto de 1908, cobrar-se-hão 10 réis de sello por cada anuncio publicado no *Diario do Governo*

A correspondencia para a assinatura do *Diario do Governo* deve ser dirigida á Administracão Geral da Imprensa Nacional. A que respelir á publicacão de anuncios será enviada á mesma Administracão Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importancia.

SUMMARIO

MINISTERIO DO INTERIOR:

Portaria de 7 de abril, louvando o cidadão Manuel dos Santos Moreira, da freguesia de Lomba, por serviços especiais prestados á instrucção popular.
Despachos criando, convertendo e transferindo escolas primarias.
Decretos com força de lei de 10 de abril:
Reintegrando no magisterio secundario um professor do 2.º grupo dos lyceus, e collocando-o no Lyceu de Camões, de Lisboa.
Determinando que um professor do 4.º grupo do Lyceu de Viseu preste serviço no Lyceu de Passos Manuel, de Lisboa.
Portaria de 11 de abril, preenchendo temporariamente uma vaga de amanuense da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial.
Declaração pela Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, sobre pagamento de emolumentos.
Despachos pela Direcção Geral de Saude, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DA JUSTIÇA:

Despachos criando postos do registo civil.
Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DAS FINANÇAS:

Decreto de 11 de abril, elevando o posto de despacho de Cesimbra á categoria de 1.ª classe, com determinadas faculdades.
Despachos pela Direcção Geral da Fazenda Publica, sobre movimento de pessoal.
Aviso de terem sido retirados da praça uns terrenos da Fazenda Nacional, postos á venda na lista n.º 1:684-B.
Arrematações (Folha n.º 9, appensa ao *Diario* de hoje):
Lista n.º 81:145.—Venda de foros na Repartição de Fazenda do districto do Porto, no dia 6 de maio de 1911, pertencentes á Camara Municipal de Villa do Conde, Veneravel Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da cidade do Porto e Junta de Parochia da freguesia de S. Lourenço do Douro.
Lista 81:146.—Venda de foros na Repartição de Fazenda do districto de Faro, no dia 6 de maio de 1911, pertencentes á Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da cidade de Faro, Camara Municipal de Aljezur e Asylo de Infancia Desvalida de Tavira.
Lista n.º 81:147.—Venda de foros na Repartição de Fazenda do districto de Faro, no dia 6 de maio de 1911, pertencentes á Ordem Terceira de S. Francisco de Faro, situados nos concelhos de Faro e Oihão.
Lista n.º 81:148.—Venda de foros na Repartição de Fazenda do districto de Santarem, no dia 6 de maio de 1911, pertencentes á Confraria do Santissimo da freguesia do Beco.
Lista n.º 81:149.—Venda de foros na Repartição de Fazenda do districto de Angra do Heroismo e simultaneamente na do concelho de Santa Cruz da Graciosa, no dia 6 de junho de 1911, pertencentes a diversas corporações.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS:

Rectificação ao decreto de provimento de alguns logares de terceiro official da Direcção Geral da Marinha, publicado no *Diario* n.º 82.
Portaria de 11 de abril, nomeando uma comissão para estudar varios assuntos referentes á pesca na ria de Aveiro.
Decreto de 11 de abril, reconduzindo por mais dois annos no respectivo cargo um vogal do Conselho Superior da Magistratura Judicial Ultramarina, e substituinto os restantes.
Despachos pela Direcção Geral das Colonias, sobre movimento de pessoal.
Portaria de 8 de abril, dissolvendo e louvando a comissão encarregada dos estudos de colonização do planalto de Benguela.
Despachos pela Inspeção Geral de Fazenda das Colonias, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS:

Aviso acerca da adhesão do archipelago das Novas Hebridias á convenção postal universal de maio de 1906.

MINISTERIO DO FOMENTO:

Relações de registos de nomes industriaes concedidos e recusados.
Aviso acerca da entrega dos diplomas conferidos a expositores portugueses na exposição nacional do Rio de Janeiro de 1908.
Despacho eliminando um fabricante de farinha da respectiva matricula.
Despachos pela Direcção Geral dos Correios e Telegraphos sobre movimento de pessoal.

AVISOS E ANUNCIOS OFFICIAES:

Camara Municipal de Lisboa, annuncio para venda de um terreno.
Junta do Credito Publico, editos para averbamento de titulos.
Administracão do concelho de Portimão, edital convocando o proprietario de uma mina para a reunião da junta de avaliação provisoria do imposto de minas.
Imprensa Nacional de Lisboa, annuncio para venda de 2:000 kilogrammas de residuos da liga para fundição.
Juizo de direito da comarca de Aveiro, editos para expropriações de terrenos.
Juizo de direito da comarca de Estarreja, editos para citação de refractarios.
Arsenal da Marinha, annuncio para a venda da canhoneira *D. Luis*.
Escola de Alumnos Marinheiros do Norte, annuncio para venda de cimento, madeiras e outros artigos.
Caminhos de Ferro do Estado, annuncio para venda de sucata.
Exploração do porto de Lisboa, balancete das contas do razão em 28 de fevereiro.
Bolsa de Lisboa, cotação dos generos colonias na semana finda em 8 de abril.
Observatorio do Infante D. Luis, boletim meteorologico.

Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegraphica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANNUNCIOS JUDICIAES E OUTROS.

SUMMARIO DOS APPENDICES

N.º 149 — Cotação dos fundos publicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 8 de abril.

MINISTERIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Instrucção Primaria

2.ª Repartição

O cidadão Manuel dos Santos Moreira, capitalista, residente na freguesia de Lomba, concelho de Gondomar, offereceu mobilia e utensilios escolares para a escola do sexo masculino da referida freguesia, pelo que manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministerio do Interior, que seja publicamente louvado aquelle benemerito cidadão, pelo que acaba de fazer.

Paços do Governo da Republica, em 7 de abril de 1911.—O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Por decreto de 7 do corrente:

Criação de um curso nocturno na freguesia de Bencatel, concelho de Villa Viçosa, districto de Evora.
Criação de uma escola mista no logar de Ribeira Sêca, freguesia de Ribeiras, concelho do Lages do Pico, districto de Horta, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.
Criação de uma escola mista no logar de Ribeira do Meio, freguesia e concelho das Lages do Pico, districto da Horta, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.
Criação de uma escola mista na freguesia de Adeganha, concelho de Moncorvo, districto de Bragança, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.
Criação de uma escola mista no logar de Paredes Velhas, freguesia de Campina, concelho de Vouseila, circulo escolar de S. Pedro do Sul.
Criação de uma escola mista no logar de Revel, freguesia de Tresminas, concelho de Villa Pouca de Aguiar, districto de Villa Real, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.
Criação de uma escola mista no logar de Monfortinho, freguesia de Salvaterra do Extremo, concelho de Idanha-a-Nova, districto de Castello Branco, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.
Criação de uma escola mista no logar do Pragal, freguesia de S. Tiago de Almada, concelho de Almada, districto de Lisboa, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.
Criação de uma escola mista no logar e freguesia de Almeida de Nacomba, concelho e circulo escolar de Moimenta da Beira.
Criação de uma escola para o sexo masculino no logar de Friães, freguesia e concelho de Santo Tirso, districto do Porto, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.
Criação de uma escola para o sexo masculino no logar da Castanheira, freguesia de Cós, concelho de Alcobaça, circulo escolar de Leiria, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.
Criação de uma escola para o sexo masculino no logar de Villa Mendo de Tavares, freguesia de Abrunhosa Velha, concelho de Mangualde, districto de Viseu, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.
Criação de uma escola para o sexo masculino no logar de Ledives, freguesia de Cambra, concelho da Vouzella, districto de Viseu.
Criação de uma escola para o sexo masculino no logar de Villa de Matos, freguesia de Midões, concelho de Tábua, districto de Coimbra, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.
Criação de uma escola para o sexo masculino no logar da Piedade, freguesia de S. Tiago de Almada, concelho de Almada, districto de Lisboa, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.

Criação de uma escola para o sexo feminino na freguesia de Cardanha, concelho de Moncorvo, districto de Bragança, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.

Criação de uma escola para o sexo feminino na freguesia de Queirã, concelho de Vouzella, districto de Viseu.

Criação de uma escola para o sexo feminino no logar de Souto, freguesia de Alva, concelho de Castro Daire, circulo escolar de S. Pedro do Sul.

Criação de uma escola para o sexo feminino no logar de Igreja, freguesia de Cambra, concelho de Vouzella, circulo escolar de S. Pedro do Sul.

Criação de uma escola para o sexo feminino no logar de Junceira, freguesia do mesmo nome, concelho de Thomar, districto de Santarem, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.

Criação de uma escola para o sexo feminino na freguesia de Panoias, concelho e districto da Guarda, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.

Criação de uma escola para o sexo feminino na freguesia de Valle de Cavallos, concelho da Chamusca, districto de Santarem, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.

Criação de uma escola para o sexo feminino no logar do Souto, freguesia de Nogueira da Regedoura, concelho da Feira, districto de Aveiro, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.

Criação de uma escola para o sexo feminino da freguesia de Nogueira do Cravo, concelho de Oliveira de Azeiteis, districto de Aveiro, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.

Criação de uma escola para o sexo feminino no logar de Bigas, freguesia de Lordoza, concelho e districto de Viseu, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.

Criação de uma escola para o sexo feminino em Sobral, concelho de Carregal do Sal, districto de Viseu, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.

Criação de uma escola para o sexo feminino na freguesia de Podence, concelho de Macedo de Cavalleiros, districto de Bragança, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.

Criação de uma escola para o sexo feminino no logar de Aguiar, freguesia de Tamengos, concelho de Anadia, districto de Aveiro, ficando o seu provimento dependente da aquisição de casa, mobilia e utensilios escolares.

Conversão em escola para o sexo feminino da escola mista do logar de Villa Mendo, de Tavares, freguesia da Abrunhosa Velha, concelho de Mangualde, districto de Viseu.

Conversão em mista da escola masculina da freguesia de Tazem, concelho de Valpaços, circulo escolar de Villa Pouca de Aguiar.

Conversão em mista da escola masculina da povoação de Valle da Villa, freguesia de Valle de Figueira, concelho de S. João da Pesqueira, districto de Viseu.

Conversão em uma escola central, para ambos os sexos, das escolas actualmente existentes na villa de Almodovar, concelho do mesmo nome, districto de Beja.

Transferencia da escola do logar de S. Martinho, freguesia e concelho de Villa de Rei, districto de Castello Branco—para o logar de Valladas, da mesma freguesia e concelho.

Direcção Geral da Instrucção Primaria, em 11 de abril de 1911.—O Director Geral, *Leão Azedo*.

Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial

3.ª Repartição

Attendendo ao que me representou o bacharel João de Barros, solicitando a sua reintegração no magisterio secundario com collocacão num dos lyceu centraes de Lisboa;

Attendendo a que o requerente foi exonerado do logar de professor do 2.º grupo do Lyceu Central de Alexandre Herculano, do Porto, por decreto de 15 de outubro ultimo, em virtude de ter sido nomeado director geral da Instrucção Primaria, por decreto de 12 do mesmo mês;

Attendendo a que o requerente foi exonerado a seu pedido d'este ultimo cargo, por decreto de 13 de março ultimo, e que o seu logar de professor do Lyceu de Ale-

xandre Herculano já fora preenchido por decreto de 31 de outubro próximo passado;

Atendendo a que nenhuma vaga de professor do 2.º grupo existe actualmente em nenhum dos liceus centrais do continente;

Tendo, porém, em consideração o parecer da secção permanente do Conselho Superior da Instrução Publica, de 8 de outubro de 1908, que é de opinião dever tirar-se todo o proveito possível da somma que o Estado despendeu com os seus pensionistas nas escolas estrangeiras e considerada a vantagem que estes professores fazem, por algum tempo, serviço nos liceus mais frequentados, como os de Lisboa, Porto e Coimbra;

Atendendo a que o requerente foi pensionista do Estado no estrangeiro, estando portanto ao abrigo do citado parecer da Secção Permanente do Conselho Superior de Instrução Publica;

Hei por bem decretar para valer como lei:

Que o Bacharel João de Barros seja, na qualidade de professor do 2.º grupo dos liceus, reintegrado no magisterio secundario e collocado no Lyceu de Camões de Lisboa, devendo ser pago pelas disponibilidades do competente artigo organamental, capitulo 9.º, artigo 62.º

Paços do Governo da Republica, em 10 de abril de 1911.—O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Atendendo ao que me representou o Bacharel formado em direito José Lopes de Oliveira, professor do 4.º grupo do Lyceu Central de Viseu, solicitando a sua collocação num dos liceus de Lisboa;

Atendendo a que o requerente foi exonerado a seu pedido, por decreto de 13 de março ultimo, do logar de director das escolas normaes de Lisboa;

Hei por bem decretar para valer como lei:

Que o Bacharel José Lopes de Oliveira, professor do 4.º grupo do Lyceu Central de Viseu, preste serviço no Lyceu de Passos Manuel de Lisboa.

Paços do Governo da Republica, em 10 de abril de 1911.—O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Tendo sido requisitado pelo Ministerio da Justiça, a fim de, em commissão, exercer provisoriamente as funções de escrivão do 2.º juizo de investigação criminal, o amanuense d'esta Direcção Geral João Eduardo Guerreiro;

Atendendo a que ao referido funcionario foi permitido exercer a mencionada commissão sem direito a qualquer vencimento por esta secretaria de Estado;

Tendo em vista a urgente conveniencia de serviço em substituir o empregado commissionado:

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que seja nomeado Thomás Vieira dos Santos para exercer as funções de amanuense d'esta Direcção Geral, enquanto durar a ausencia do amanuense João Eduardo Guerreiro.

Paços do Governo da Republica, em 11 de abril de 1911.—O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

João Carlos da Costa de Sousa de Macedo (D.), repellido de mathematica da Escola Polytechnica de Lisboa, pagou na Recebedoria de Lisboa, verba n.º 166, a quantia de 34608 réis, pelos emolumentos e addicionaes da licença de trinta dias, concedida por despacho de 7 do corrente mês, *Diario do Governo* n.º 81, de 8 do corrente.

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial, em 11 de abril de 1911.—O Director Geral, *Angelo da Fonseca*.

Direcção Geral de Saude

Para os devidos effeitos se publica o seguinte despacho:

Abri! 10

Antonio Silva, facultativo municipal do concelho de Villa Real de Santo Antonio—nomeado sub-delegado de saude do mesmo concelho.

Secretaria do Ministerio do Interior, em 11 de abril de 1911.—O Director Geral, *Ricardo Jorge*.

MINISTERIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral da Justiça

Decreto criando os seguintes postos de registo civil no districto de Leiria

Nova reorganização dos postos do registo civil do concelho de Figueiró dos Vinhos—postos com sede nas freguesias de Aguda e de Campello.

Despachos effectuados em 11 de abril de 1911

Districto de Beja—Concelho de Beja:

Luis Antonio Ferro—exonerado de ajudante do posto do registo civil de S. Matias.

Julio Pereira Dias—nomeado para o posto da freguesia S. Matias.

Districto de Leiria:

Alfredo Barba de Lencastre e Barros—nomeado ajudante do official do registo civil de Figueiró dos Vinhos.

Antonio Nunes Beja—nomeado ajudante do official do registo civil de Pombal.

Districto de Coimbra—Concelho de Montemor-o-Velho:

Antonio Simões Carvalheira—exonerado de ajudante do posto do registo civil de Arazede.

Antonio Maria Rodrigues Monteiro—nomeado ajudante do posto do registo civil em Arazede.

Transferido o official do registo civil do concelho de Alter do Chão para identico logar no concelho de Ponte de Sor.

João Ollagario de Sousa Dorez—nomeado ajudante da Repartição do Registo Civil no concelho de Campo Maior.

Rectificação

O ajudante do posto do registo civil da freguesia da Barreira, concelho de Leiria, é José Alves Gomes Batalha e não José Alves Gomes, como primeiramente foi indicado e publicado.

Ministerio da Justiça, em 11 de abril de 1911.—O Director Geral, *Germano Martins*.

1.ª Repartição

Despachos effectuados na data seguinte

Abri! 11

Exonerado o escrivão do juizo de paz do districto de S. Cosmado, comarca de Armamar, e nomeado para este logar Manuel Esteves Machado.

Bacharel Eduardo José Coelho, juiz do Supremo Tribunal de Justiça—trinta dias de licença, por motivo de doença. (Tem a pagar o respectivo emolumento).

Direcção Geral da Justiça, em 11 de abril de 1911.—O Director Geral, *Germano Martins*.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfandegas

1.ª Repartição

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa, tomando em consideração as informações que lhe foram presentes sobre o assunto, e nos termos do disposto do § unico do artigo 3.º do decreto n.º 1 de 27 de setembro de 1894, ha por bem determinar que o posto de despacho de Cezimbra seja elevado á categoria de 1.ª classe, com a faculdade de dar despacho de importação temporaria ao azeite estrangeiro destinado á preparação de conservas de peixe, e de exportação ás conservas em que for empregado aquelle producto.

Paços do Governo da Republica, em 11 de abril de 1911.—O Ministro das Finanças, *José Relvas*.

Direcção Geral da Fazenda Publica

2.ª Repartição

Relação de despachos effectuados por esta Direcção Geral

1911—Abri!

5 Decreto transferindo por conveniencia de serviço, Alipio Rodrigues Pinto Brandão, recebedor do concelho de Paredes—para identico logar no de Odemira. (Visto do Tribunal de Contas de 8).

» Idem, idem, idem, Joaquim Pereira Rebello, recebedor do concelho de Odemira—para identico emprego no de Paredes. (Visto do Tribunal de Contas de 8).

» Idem, idem, idem, Antonio Faustino de Andrade, recebedor do concelho de Baião—para identico emprego no de Villa Nova de Portimão. (Visto do Tribunal de Contas de 8).

» Idem, idem, idem, Aires Augusto Mesquita Sá, recebedor do concelho de Villa Nova de Portimão—para identico emprego no de Baião. (Visto do Tribunal de Contas de 8).

» Idem, idem, idem, Pedro Borges Bandeira, recebedor do concelho do Alandroal—para identico emprego no de Oliveira do Hospital. (Visto do Tribunal de Contas de 8).

» Decreto nomeando, attenta a classificação obtida em concurso e á urgencia do serviço, Paulo Cabral Coutinho de Lucena—para o logar de recebedor do concelho de Alandroal, vago pela transferencia de Pedro Borges Bandeira. (Visto do Tribunal de Contas de 8).

6 Idem, transferindo, por conveniencia do serviço, Augusto Cesar Paiva de Andrada, recebedor do concelho de Rio Maior—para identico emprego no de Braga. (Visto do Tribunal de Contas de 8).

7 Antonio Rosado Perdigão Carvalho, recebedor do concelho de S. Tiago do Cacem—licença de trinta dias, nos termos do artigo 39.º do decreto n.º 1 de 24 de dezembro de 1901.

10 Frederico de Castro Nobre da Veiga Côrte Real, idem, idem, Villa Velha de Rodam—idem, trinta dias, idem, idem.

» Bernardo José Pinto de Magalhães, idem, idem, Freixo de Espada á Cinta—idem, trinta dias para tratar de sua saude.

» Antonio Joaquim Soares de Passes, idem, idem, de Almeida—idem, de sessenta dias, para tratar da sua saude, com os vencimentos nos primeiros trinta, conforme o n.º 1.º do artigo 34.º do decreto n.º 1 de 24 de dezembro de 1901, e nos restantes os designados no n.º 2.º do mesmo artigo.

Direcção Geral da Fazenda Publica, em 10 de abril de 1911.—O Director Geral, *Thomé José de Barros Queiroz*.

3.ª Repartição

Annuncia-se que se mandaram retirar da praça, que devia effectuar-se no dia 15 do mês de abril no corrente anno, uns terrenos em Braço de Prata pertencentes á Fazenda Nacional, annunciados na lista n.º 1:684-B, verbas n.º 14 e 15.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Publica, em 11 de abril de 1911.—Pelo Chefe, *Augusto Correia da Silva Mello*.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Direcção Geral de Marinha

1.ª Repartição

4.ª Secção

Rectificação

Por ter saído incorrecto o decreto de 7 de abril corrente, publicado no *Diario do Governo* n.º 82, de 10 do mesmo mês, se declara que o verdadeiro nome do terceiro official nomeado para o quadro transitório da Direcção Geral da Marinha é Claudiano Inacio Bressane Leite e não Claudino Inacio Bressane Leite.

Direcção Geral da Marinha, em 10 de abril de 1911.—O Director Geral, *José Maria Teixeira Guimarães*, contra-almirante.

2.ª Repartição

Tendo representado a Associação de Classe de Pescadores da ria de Aveiro no sentido de ser resolvido definitivamente qual o systema a adoptar-se para o estabelecimento de linhas, redes e aparelhos que usualmente se empregam na pesca e apanha de plantas marinhas, bem como qual o limite das malhas que nos botirões se deve consentir;

Convindo proceder-se com urgencia aos estudos convenientes não só sobre os casos referidos, como tambem sobre a fauna e flora da ria, sobre a influencia que possam exercer nestas os viveiros e piscinas que ahí existem, a fim de se poderem introduzir as necessarias alterações no regulamento da pesca e da apanha do molicho na ria de Aveiro, em vigor, approved por decreto de 14 de janeiro de 1909:

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa pelo Ministro da Marinha e Colonias, que seja nomeada uma commissão composta do director da Estação Acuicola do rio Ave, Augusto Pereira Nobre, do capitão tenente Jaime Affreixo e do primeiro tenente José Monteiro de Macedo, a qual é encarregada de:

1.º Estudar os diferentes typos de redes e aparelho empregados na pesca e apanha de plantas marinhas na ria de Aveiro, indicando os que sendo nocivos ao deservolvimento da fauna e flora, devam ser banidos, bem como os limites das malhas que nas redes se devem empregar.

2.º Estudar a fauna e flora da ria e causas da sua decadencia, pronunciando-se sobre a vantagem ou desvantagem dos defesos, e no caso de se julgarem vantajosos indicar quaes os meses em que devam ter logar.

3.º Inspeccionar os diferentes viveiros e piscinas da ria, dando parecer sobre as condições da sua installação sobre a influencia que possam ter no empobrecimento da sua fauna;

4.º Estudar e escolher local, e elaborar um projecto para installação do viveiro modelo mandado criar pelo decreto de 14 de janeiro de 1909;

5.º Propor todas as alterações que julgue convenientes serem introduzidas no regulamento da ria, em vigor.

A commissão tem poderes para proceder a todas as experiencias necessarias ainda quando para tal haja que alisar temporaria e provisoriamente o regulamento citado.

Paços do Governo da Republica, em 11 de abril de 1911.—O Ministro da Marinha e Colonias, *Amaro de Azevedo Gomes*.

Direcção Geral das Colonias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Tendo findado o biennio para o qual foi nomeado o actual Conselho Superior da Magistratura Judicial Ultramarina, composto dos bachareis Thomás Nunes da Serra e Moura, Eduardo Abranches Ferreira da Cunha, Francisco José de Medeiros e José Maria de Sousa Andrade: hei por bem reconduzir por mais dois annos o ultimo dos vogaes mencionados, e, annuindo aos desejos de substituição manifestados pelos restantes, nomear, nos termos do disposto no n.º 2.º do artigo 2.º do decreto de 10 de janeiro de 1895, para do mesmo conselho fazerem parte, os Bachareis João José da Silva, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Eduardo Alfredo Braga de Oliveira e Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro, juizes da Relação de Lisboa.

Paços do Governo da Republica, em 11 de abril de 1911.—O Ministro da Marinha e Colonias, *Amaro de Azevedo Gomes*.

Despacho effectuado na data abaixo indicada

Por decreto de 10 do corrente: Bacharel André Lopes da Mota-Capitão, delegado do procurador da Republica na 1.ª vara da comarca de Louanda—promovido a juiz de direito do quadro das colonias e nomeado para exercer o cargo de auditor dos conselhos de guerra da Guiné Portuguesa.

Direcção Geral das Colonias, em 11 de abril de 1911.—O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.